

## PAUTA CONGRESSO – PONTOS PARA DISCUSSÃO

### • EIXO I – BIODIVERSIDADE E DEMOCRATIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

- **PL 792/2007** e do apenso **PL 5487/2009** - que “dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências.

**PL 231/ 2007 – Babaçu Livre** - O PL aguarda instalação de Comissão Especial. O regimento interno exige instalação de Comissão Especial quando o mérito da proposição é analisado por mais de três Comissões. O Presidente da Câmara se comprometeu a instalar a Comissão ainda este ano. Já o autor do PL, dep. Domingos Dutra, acha que se pode negociar com o presidente da Câmara para tentar impedir que o PL vá a uma quarta Comissão que analisará o mérito, e assim evitar adiamentos. Caso seja instalada a Comissão Especial o PL será analisado do princípio.

**PL 7447/2010** – que garante a Política de Povos e Comunidades Tradicionais e maior proteção para as florestas e APPs dos povos tradicionais. (apresentada pelo CNS)

**Projetos que se referem ao tema Agrotóxicos e podem receber o apoio da MM:**

- **PL 7490/2010** - Altera os arts. 3º e 5º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências. **Explicação:** Estabelece prazo de até trinta dias para que seja cancelado o registro dos produtos agrotóxicos desaconselhados por organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente.

- **PL 6288/2002** proíbe a utilização de herbicidas para capina química em áreas urbanas e de agrotóxicos em geral em áreas de proteção de mananciais.

- **PL 3986/2000** Dispões sobre a notificação compulsória dos casos de intoxicação por agrotóxico.

- **PL 3788/2008** - Acrescenta o § 6º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a Educação Ambiental como componente curricular obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio.

### EIXO II TERRA ÁGUA E AGROECOLOGIA

- **PL 490/1995** - Dá nova redação aos arts. 924 e 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.

**Explicação da Ementa:** Proíbe a concessão de medidas liminares, com ou sem audiência de justificação prévia, em litígios coletivos pela posse da terra urbana ou rural, independentemente da data de ocupação, passando a ser sempre pelo procedimento ordinário, dando-se ampla defesa e o completo exame das questões

fáticas e documentais; nos casos dos conflitos individuais, suprime-se a possibilidade da concessão de liminares sem a audiência, garantindo também ampla defesa.

- **PL 1771/2007** - Dá nova redação ao §1º, do art. 4º, da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que "acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências".

**Explicação da Ementa:** Considera a declaração do Imposto Territorial Rural feita pelo proprietário da terra como justo preço de mercado, para fins de indenização por interesse social.

---

#### **REJEITAMOS**

- PL 5887/2009 – Submete ao Congresso Nacional as desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóveis rurais.

- **PL 5561/2009** - Altera o art. 11, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Estabelece que o ajuste dos índices que informam a produtividade para reforma agrária deverão ser feitos a cada cinco anos com base nos trabalhos técnicos de revisão realizados pela Embrapa que deverá divulgar em seu site os procedimentos metodológicos, dados, técnicas e resultados do trabalho.

---

#### **REJEITAMOS**

- **PL 5288/2009** - Estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural.

- **PLS 202/2005** – Altera a Lei n 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

- **PLS 107/2011** - Altera a Lei n 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade

---

- **PL 2289/2007** – que regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei n 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências..

- **PL 4440/2001** - Dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira, e dá outras providências.

### **EIXO III – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- **PL 52/2011** - Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.

### **EIXO IV – AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA**

- **PL 2990/2008, APENSO AO PL 3118/2004** - Inclui o art. 3º na Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, assegurando o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador rural safrista.

- **PEC 30/2007** - Dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, ampliando para 180 (cento e oitenta) dias a licença à gestante.

### **EIXO V – EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA**

- **PL 8035/2010** - Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

- **EIXO II – TERRA, ÁGUA E AGROECOLOGIA**

- **PL 490/1995** - Dá nova redação aos arts. 924 e 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.

Explicação da Ementa: Proíbe a concessão de medidas liminares, com ou sem audiência de justificação prévia, em litígios coletivos pela posse da terra urbana ou rural, independentemente da data de ocupação, passando a ser sempre pelo procedimento ordinário, dando-se ampla defesa e o completo exame das questões fáticas e documentais; nos casos dos conflitos individuais, suprime-se a possibilidade da concessão de liminares sem a audiência, garantindo também ampla defesa.

- **PL 1771/2007** - Dá nova redação ao §1º, do art. 4º, da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que "acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências".

Explicação da Ementa: Considera a declaração do Imposto Territorial Rural feita pelo proprietário da terra como justo preço de mercado, para fins de indenização por interesse social.

---

#### REJEITAMOS

- PL 5887/2009 – Submete ao Congresso Nacional as desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóveis rurais.
- 

- PL 5561/2009 - Altera o art. 11, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelece que o ajuste dos índices que informam a produtividade para reforma agrária deverão ser feitos a cada cinco anos com base nos trabalhos técnicos de revisão realizados pela Embrapa que deverá divulgar em seu site os procedimentos metodológicos, dados, técnicas e resultados do trabalho.

---

#### REJEITAMOS

- PL 5288/2009 - Estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural.

- PLS 202/2005 – Altera a Lei n 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

- PLS 107/2011 - Altera a Lei n 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade
- 

- PL 2289/2007 – que regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º. da Lei n 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências..

- PL 4440/2001 - Dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira, e dá outras providências.

### **EIXO III – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

- **PL 52/2011** - Institui o Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar e cria o Selo da Produção da Agricultura Familiar.

### ● **EIXO IV – AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA**

- **PL 2990/2008, APENSO AO PL 3118/2004** - Inclui o art. 3º na Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, assegurando o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador rural safrista.

- **PEC 30/2007** - Dá nova redação ao inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, ampliando para 180 (cento e oitenta) dias a licença à gestante.

### **EIXO V – EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA**

- **PL 8035/2010** - Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.